

ARTIGO LIVRE

A REGIÃO CONTESTADA ENTRE O ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS E A HISTÓRIA ORAL

Edmilton da Silva

Doutorando em História Social das Relações Políticas como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Resumo

A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais vivenciou um quadro de violência em torno da posse, do uso e da propriedade da terra, além da disputa por poder político, principalmente a partir da década de 1940, quando se tornou palco de grande afluxo migratório. É nesse contexto que estudamos a violência por meio da história oral como metodologia de pesquisa. Para isso, selecionamos a entrevista que fizemos com Orelly Lyrio, por entendermos que é uma das mais elucidativas, sobretudo no que se refere à atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na região.

Palavras-chave: região contestada, violência, história oral.

Introdução

A disputa territorial entre Minas e Espírito Santo, conhecida como “Guerra do Contestado”, remonta mais diretamente ao Auto de 1800 assinado entre Antônio Pires da Silva Pontes e Bernardo José de Lorena, respectivos governadores das duas Capitânicas. O Auto de 1800 mencionava a Serra dos Aimorés ou Serra de Souza como marco fronteiro, porém de modo muito vago e superficial. Os impasses políticos entre os dois Estados levaram a questão à Justiça e ao Governo Federal. O conflito, no entanto, só obteve solução definitiva com a assinatura do Acordo do Bananal, em 15 de setembro de 1963.

A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais permaneceu praticamente isolada e coberta pela Mata Atlântica até os anos 1930. A maioria dos pioneiros que se dirigiram para aquela localidade era constituída de mineiros, em primeiro lugar, e de baianos e capixabas, dentre outros (BERNARDO NETO, 2012, p. 114). O direito era o do uti possidetis. Cada qual precisava defender o seu pedaço de chão dos que chegassem depois, entre os quais encontravam-se muitos grileiros portando títulos falsos de propriedade (NEVES; PACHECO, 1992, p. 45).

Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a população da

Abstract

The disputed region between Espírito Santo and Minas Gerais experienced violence surrounding the possession, use and ownership of the land, in addition to the dispute for political power, mainly from the 1940s onwards, when it became the scene of a large migratory influx. It is in this context that we study violence through oral history as a research methodology. For this, we selected the interview we did with Orelly Lyrio, as we understand that it is one of the most enlightening, especially regarding the role of the Military Police of Espírito Santo (PMES) in the region.

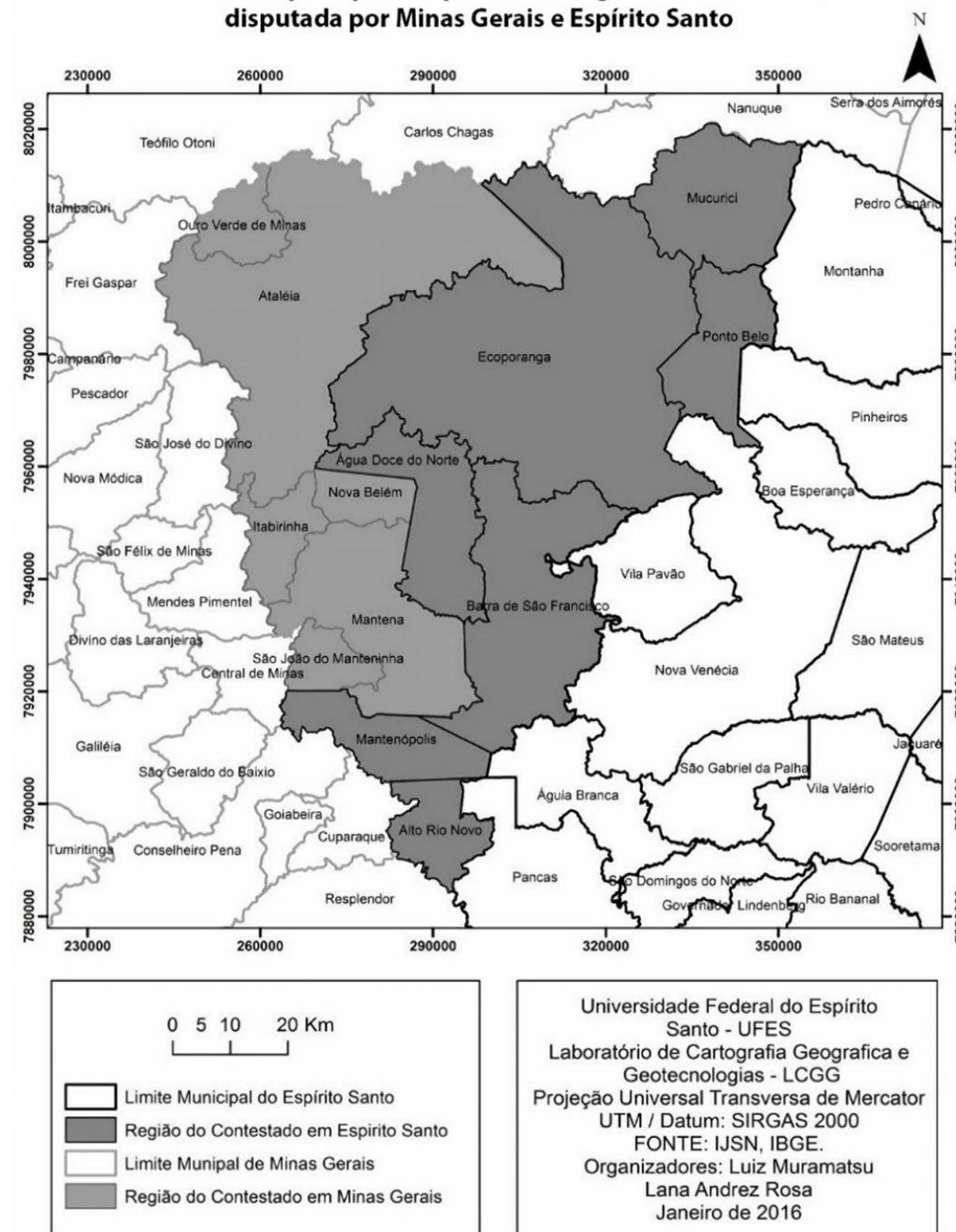
Keywords: contested region, violence, oral history.

“Serra dos Aimorés” (denominação pela qual a região contestada era referenciada por esse órgão) teve um crescimento que superou em muito todas as demais regiões do país, inclusive as populações dos próprios Estados litigiosos, no mesmo período. Em 1940, a “Serra dos Aimorés” possuía 66.994 habitantes. Em 1960, esse total saltou para 384.297, ou seja, a população da região contestada aumentou seis vezes - ou 573,62% - em apenas vinte anos (SILVA, 2019, p. 68).

Vale destacar que a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais era formada pelo território dos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantemópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Ponto Belo e Mucurici, do lado capixaba, e Mantena, Itabirinha de Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataleia, do lado de Minas.¹ Essa porção do território brasileiro incrustado na Serra dos Aimorés perfazia uma área total de 10.137 Km² (PONTES, 2007, p. 45) e encontra-se melhor representada no mapa ao lado.

¹ Se levarmos em conta as informações do Serviço Geográfico do Exército, poderíamos incluir ainda na região contestada partes dos atuais municípios capixabas de Vila Pavão, Nova Venécia, Pancas, Águia Branca, Montanha e Pinheiros (PONTES, 2007, p. 45).

Atuais Municípios que compunham a Região do Contestado, disputada por Minas Gerais e Espírito Santo



Mapa 1 – Atual divisão territorial após o Acordo do Bananal de 1963. Fonte: (MURAMATSU, 2015, p. 105). O cinza mais claro representa os atuais municípios que ficaram na posse de Minas Gerais. Os municípios em cinza mais escuro são os que ficaram sob a jurisdição do Espírito Santo.

Vivia-se o momento político do pós 1945, em que o coronelismo da Primeira República havia sobrevivido no Espírito Santo metamorfoseado num pluripartidarismo democrático e populista (SILVA, 1995, p. 165) que não impediu as práticas violentas de luta por terra, voto e poder político. Existiam códigos de justiça particular, além do cometimento de crimes de mando praticados por jagunços e pistoleiros. Nesse contexto, não faltavam denúncias da participação de policiais militares em crimes violentos na região.

A Polícia Militar do Espírito Santo estava responsável por garantir o espaço territorial capixaba frente às ameaças de invasão por parte do Governo de Minas Gerais, além de preservar a ordem pública local. Essa instituição policial, todavia, disseminou mais violência e medo devido à realização de diligências ilegais. Tais operações policiais contavam, em muitos casos, com a participação de simpatizantes da 'causa' policial, conhecidos como bate-paus, que auxiliavam a polícia nas delegacias e distritos (SILVA, 2019, p. 99).

A destruição de um movimento camponês liderado por Udelino Alves de Matos, em Ecoporanga (VILAÇA, 2001, p. 22), no dia 24 de fevereiro 1953, representa uma das diligências mais significativas da Polícia Militar do Espírito Santo na região, tendo à frente o major Djalma Borges.² Outra diligência policial, dessa vez na fazenda Rezende, em 1962, também no município de Ecoporanga, resultou na morte do soldado Alnizio Brum da Silva e em ferimentos no soldado Abelar da Cunha (DIAS, 1984, p. 102).

Do lado dos posseiros, saíram feridas uma mulher e sua filha. A represália policial posteriormente levou à denúncia do cometimento de vários assassinatos contra os posseiros. Segundo Luiz Muramatsu (2015, p. 175), há confirmação de que pelo menos quatro posseiros foram mortos: Sebastião José da Rocha, conhecido como Sebastião Rufino; Geraldo Benedito

² O major Djalma Borges esteve à frente de várias diligências policiais no Norte do Espírito Santo. Era conhecido e temido na região, onde começou a atuar desde os anos 1930.

Carlota, José Calixto dos Santos e Donatílio Leôncio de Souza.³ Esses crimes ficaram impunes.

A história oral nos serviu como metodologia de pesquisa. Através dela, conseguimos reconstituir parte da história da região contestada, tendo a violência como foco principal. Escolhemos, para tanto, uma entrevista que fizemos com Orelly Lyrio no ano de 2018.⁴ Logramos identificar alguns dos principais condicionantes locais da violência. Conseguimos ainda evidenciar fatos novos sobre a participação da Polícia Militar do Espírito Santo no conflito, em especial no que toca a sua missão, estrutura organizacional e história.

Além da entrevista, utilizamos igualmente reportagens publicadas no jornal A Gazeta e informações contidas em Boletins Diários (BD) da Polícia Militar do Espírito Santo. As reportagens são importantes por evidenciarem parte do conflito jurisdicional e da questão camponesa local. Os Boletins Diários, como o próprio nome indica, eram publicados todos os dias, destacando os principais acontecimentos relativos à atividade policial militar em todo o Estado.

A história oral como prática de pesquisa: história, documento e memória

As entrevistas, afirma Alessandro Portelli, "sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desco-

³ As diligências da Polícia Militar do Espírito Santo geraram denúncias de violência e arbitrariedades policiais. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) instaurou duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar os fatos: uma em 1953 e outra em 1961. Essa última só começou a funcionar e produzir resultados depois do massacre na fazenda Rezende, em 1962.

⁴ Orelly Lyrio é coronel reformado da Polícia Militar do Espírito Santo e natural de Acioli, distrito de João Neiva, ES, onde nasceu no dia 25 de fevereiro de 1935. Nossa entrevista com ele se deu no Clube dos Oficiais dessa instituição policial, em Vitória, ES, no dia 30 de janeiro de 2018, quando obtivemos também a carta de cessão para utilizarmos as informações prestadas. Na ocasião, fazíamos nossa pesquisa de mestrado intitulada "As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)" defendida, em 2019, no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

nhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas" (PORTELLI, 1997, p. 31). É portanto sob essa perspectiva que, através da nossa entrevista realizada com Orelly Lyrio, pretendemos revelar eventos desconhecidos, lançando luz do mesmo modo sobre aquilo que já sabemos a respeito da região contestada, sem esquecermos, é claro, dos grupos não hegemônicos (soldados, posseiros, pequenos sítiantes, entre outros) que compunham a sociedade da região.

Inicialmente, vejamos sob que circunstâncias nosso entrevistado esteve na região contestada pela primeira vez (julho a setembro de 1957).

Eu estava fazendo o meu estágio de aspirante⁵ (estágio probatório), quando fui surpreendido pelo comando e chamado para comandar um pelotão [que iria à] região contestada, onde o comandante geral já se encontrava com o seu Estado Maior. Peguei o meu pelotão, um cunhete de munição e uma arma, tudo precário. Fui comandando trinta homens, três sargentos foram comigo: sargento Orlady, sargento Agnelo e sargento José Batista. Pegamos o trem da Vitória a Minas e com meu pelotão saltamos em Colatina. Ficamos aguardando ordens para o caminho nos levar até Barra de São Francisco.

Depois chegaram [mais] dois pelotões sob o comando do aspirante Silas e do aspirante Vieira. Os três pelotões ficaram em Colatina. Depois fomos levados a Barra de São Francisco. Chegando lá, ficamos bivacados. Bivacar é ficar estacionado em casas semiconstruídas. Não era acampamento nem acantonamento, era bivaque. Então ficamos bivacados lá. Durante a noite, cavamos trincheiras, etc. Ficamos aguardando ordens e o choque com as tropas mineiras que [estavam] em Mantena. De um lado, São

⁵ Aspirante a oficial é o "posto" do militar após fazer o Curso de Formação de Oficiais (CFO). É hierarquicamente superior ao subtenente. Depois de um estágio, o aspirante é promovido ao posto de segundo tenente.

Francisco, os capixabas; do outro lado, Mantena, os mineiros.

[Nossa missão consistia em] não deixar os mineiros invadirem a parte que já estava em poder do Espírito Santo. Mantena era chamada Gabriel Emílio pelos capixabas e, pelos mineiros, Mantena. É questão de fiscalização nos postos fiscais. Cobravam duas vezes, etc. O litígio entre Minas e Espírito Santo foi mais por problemas fazendários. Entendeu? Passagem do café, etc. Não houve conflito armado, houve apenas um conflito político-partidário (LYRIO, 2018).

Em 1957, tanto quanto em 1948, a região contestada esteve sob verdadeiro clima de guerra. Cavaram-se trincheiras nas montanhas a Oeste de Barra de São Francisco, guardando-as ininterruptamente por trinta e quatro dias consecutivos (DEMONER, 1985, p. 103). A Polícia Militar do Espírito Santo tratou a questão como a "fase aguda da Questão litigiosa Minas-Espírito Santo" (BD nº 178, 1957, p. 945) e como "situação de emergência" (BD nº 189, 1957, p. 986). Daí porque a movimentação de forças policiais para a zona contestada, tanto por parte do Espírito Santo quanto por Minas Gerais.

Ocorre que civis exaltados, incitados pelo deputado mineiro José Fernandes Filho, teriam atestado fogo no posto fiscal de Café Ralo, além de destruírem os outros postos capixabas de Itabira e Ariranha, em Mantenópolis (CIVIS, 30/07/1957, p. 1). Francisco Lacerda de Aguiar e Bias Fortes, respectivos governadores do Espírito Santo e Minas Gerais, trocaram ameaças e acusações. O governador capixaba disse que convocaria voluntários, se preciso fosse, para defender os interesses do Estado na região (OCORRÊNCIAS, 23/07/1957, p. 1). Ao que parece, tal convocação se tornou realidade, de fato. Orelly Lyrio afirma que

⁶ Destaca-se o ano de 1948 por caracterizar-se como um dos momentos de maior acirramento do conflito entre Minas e Espírito Santo na região contestada. Nesse ano, o governo capixaba da mesma forma mobilizou seu contingente policial militar naquela localidade devido às tentativas de invasão territorial praticadas por policiais mineiros.

Na guerra do Contestado, muita gente foi incluída. Quando o comando levou..., muitos foram recrutados lá mesmo na região, passaram a ser soldados, “pátria amada”. Apelidaram de “pátria amada”. Botaram um monte de gente na polícia sem concurso, sem nada, porque estavam precisando de efetivo para a Guerra do Contestado. Era livre arbítrio. O comandante geral resolvia. “Oh! Pega, recruta aqui, bota esse camarada..., tem mais dez aqui que querem entrar na...”. Voluntário..., chamavam de “pátria amada”, apelido de caserna: “tem uns pátria amada...”. [...] Eles foram recrutados lá e, depois, ficaram na Polícia Militar. Uns, destacados lá e, outros, vieram para Vitória. Mas incorporaram na Polícia Militar como “pátria amada”, voluntários para a Guerra do Contestado, que não houve. Não houve Guerra do Contestado. Houve só movimentação de tropa e recrutamento. Os “pátria amadas”, os voluntários lá de São Francisco, o comando os botou na polícia. “Quem quer participar? Nós vamos brigar com os mineiros. Quem quer entrar na polícia?” Apareceu um monte de gente desempregada lá, que acabou entrando na polícia sem fazer concurso, sem fazer nada (LYRIO, 2018).

Para Orelly Lyrio, o conflito na região contestada serviu ainda para a mídia fazer sensacionalismo, chocando a opinião pública por meio de notícias de impacto. Vejamos:

A mídia fazia sensacionalismo. Os jornalistas diziam: “as tropas mineiras estão na iminência de entrar em choque com as tropas capixabas” e nós vivíamos lá, na maior confraternização, camaradagem, os mineiros com os do Espírito Santo.

A mídia do Espírito Santo noticiava constantemente que iria haver choque bélico entre Minas e Espírito Santo. Quando o comandante geral da época, Pedro Maia de Carvalho, transferiu o comando para Barra de São Francisco (naquele movimento de tropa), eu era aspirante. A mídia divulgava constantemente

que os mineiros estavam na iminência de entrar em choque com os capixabas, [...]. Tanto assim, [...] que minha mãe acendia vela todos os dias com medo do filho aspirante morrer na Guerra do Contestado (LYRIO, 2018).

Com efeito, não podemos desconsiderar o papel da mídia jornalística em superdimensionar os acontecimentos na zona contestada, levando inclusive a um quadro de medo, especialmente em áreas afastadas do conflito, como Vitória, por exemplo. A camaradagem em que tropas capixabas e mineiras viviam, como afirma nosso entrevistado, diz respeito ao fato de que a permanência de cada força policial na região atendia ao estrito cumprimento do dever legal, sem que houvesse, contudo, qualquer interesse no confronto armado. A propósito, os próprios governadores procuravam evitá-lo. Por outro lado, não devemos minimizar o litígio, que atingia até o imaginário das camadas populares, como observa Orelly Lyrio com o episódio de sua mãe.

Para nosso entrevistado, no entanto, caso houvesse choque armado entre as polícias, a Polícia Militar do Espírito Santo levaria desvantagem devido à precariedade de seu armamento. Vejamos:

Fui para Guerra do Contestado, praticamente, com um cunhete de munição e não sabia nem se o fuzil atirava. [...] Cada um tinha o seu revólver. A Polícia Militar não fornecia revólver para o PM, naquela época. Só havia o fuzil. Quando o cara era destacado, ele [...] levava a “mulher dele a tiracolo”,⁷ o fuzil. O armamento era assim, precário. Nós íamos brigar com os mineiros dessa maneira. Os mineiros estavam mais preparados, belicamente, do que nós. Então, essa história de que ia haver uma guerra, a Guerra do Contestado, não..., não... Só mobilizou a tropa. Só foram os contingentes: um para São Fran-

⁷ Significa que o soldado não podia abandonar o seu fuzil. Era como uma namorada com quem estava sempre junto. A vida do soldado ou de seus companheiros dependia disso. Daí porque o militar deveria levar seu fuzil a tiracolo e não o abandonar em nenhuma hipótese.

cisco, e os mineiros ficaram em Mantena. Mas não houve choque armado, felizmente. Porque nós iríamos levar desvantagem. A polícia mineira estava mais bem preparada, belicamente, do que a Polícia do Espírito Santo (LYRIO, 2018).

Orelly Lyrio esteve na região contestada em outra ocasião, substituindo o capitão Genésio Gomes, em 1958, como comandante de destacamento. A violência local, um dos fenômenos sociais mais evidentes e representativos, é vista por ele, ainda assim, de forma relativizada.

Existem três fatores que levam aos conflitos: barra de saia, barra de ouro e barra de rio. Barra de saia: mulher. Barra de ouro: dinheiro, e barra de rio: litígio, divisa dos lotes. Isso que era o pomo de discórdia. Então os posseiros, em Ecoporanga..., João Corsino..., aquela turma..., muita gente se apossou de terra lá. [...] A violência na região contestada era comum, como existe hoje. Era comum. A violência sempre existiu lá. O delegado de polícia de São Francisco que cuidava da Polícia Judiciária. Eu não era Polícia Judiciária. Eu era comandante de um destacamento. Entendeu? Eu fazia o papel de comandante administrativo e o delegado de polícia de São Francisco fazia a parte judiciária. O delegado de polícia é o que cuida da Polícia Judiciária. É o que presta informações à Justiça sobre os crimes e as contravenções, etc.

Existia o delegado de polícia que, na época, era cargo comissionado. [...] Delegado em comissão. Os sargentos eram subdelegados em comissão. Havia civis que eram delegados de polícia e comissionados. Como o comandante geral da polícia fazia: mandava um major, um tenente-coronel do Exército, comissionado coronel. Era coronel comissionado. Cargo em comissão. Na Polícia Civil não existia polícia de carreira. Então, quando criaram a polícia de carreira, para ser delegado, tinha que se fazer concurso, como é hoje. [Na região contestada], os

PMs destacados faziam a dupla missão: de policiamento e de investigador (agente de autoridade da Polícia Civil). Existia o escrivão de polícia, o escrivão nomeado em comissão ou, então, o ad hoc. Na falta de um escrivão nomeado, nomeava-se um sargento ou um civil, que sabia datilografar, para ser escrivão ad hoc. [...] (LYRIO, 2018).

É claro que a violência contemporânea, pelo menos nos atuais centros urbanos, não pode ser comparada com aquele tipo de violência da zona litigiosa. Luzimar Nogueira Dias (1984, p. 69-70) relata um dos acontecimentos mais repugnantes da história do Contestado. Segundo ele,

Uma centena de posseiros ouve a música acompanhada por um sanfoneiro da Polícia Militar destacado em Cotaxé: [...] Eles dançam durante várias horas. Nus e desajeitados, homens, mulheres e crianças circulam dentro do curral da fazenda de Francisco Modesto. Encostados na cerca de arame, em torno do sanfoneiro, estão os componentes da captura comandada pelo tenente Jadir Resende, recentemente nomeado delegado de Ecoporanga. Em fila, os posseiros continuam dançando. [...] A fila é assim: sem distinção de sexo ou idade, os lavradores requebram em círculo, sob ameaça de armas, cada um com uma mão sobre o ombro do outro e com um dedo da outra mão na bunda do companheiro da frente. De vez em quando um chicote estala nas costas dos que se revoltam contra a humilhação. Estes são obrigados a lamber pisaduras dos animais presos no curral. Os militares riem e, impotentes, muitos moradores do povoado assistem ao quadro (DIAS, 1984, p. 69-70).

Existiam as “capturas” da zona Norte, da zona Sul e da zona Centro. Na zona Norte era nomeado um delegado de “captura”. Na zona Sul, um delegado de “captura” e na zona Centro, em Afonso Cláudio, um delegado de “captura”. Três delegados de “captura”. Mas não tinham poder de fazer o inquérito. Só quem

tinha poder de fazer o inquérito era o delegado de Polícia Judiciária (delegado de Polícia Civil), nomeado em comissão. O delegado de “captura” era só para capturar, para cumprir o mandado, etc., e policiar a região, mas não tinha atribuição para abrir Inquérito Policial Civil, e o Inquérito Policial Militar (IPM), só o comandante geral que nomeava o encarregado de IPM quando havia indício de crime militar (LYRIO, 2018).

As “capturas”, como eram mais conhecidas, eram grupamentos formados, em geral, por seis a oito policiais militares de confiança. Eram temidas e alimentavam o imaginário popular por conta do terror que representavam e da violência de suas ações (SILVA, 2019, p. 64). Apesar das adversidades (violência, miséria e falta de assistência social, dentre outras) que atingiam, especialmente, os mais pobres, a região contestada podia ser uma boa opção para quem buscava terra para trabalhar, para aventureiros, fugitivos da Justiça, entre outros, e também para policiais militares. Quanto a esses, Orelly Lyrio observa:

[...] quem tinha interesse em destacar, geralmente, era porque gostava de pegar bandido. Agora, quem era burocrata, queria ficar lá na datilografia para fazer curso de cabo, de sargento..., os que não ficavam por aqui, ficavam “mofando”. [...] Quem não ia para essa região de delegacias, ficava numa boa, estudando. Tinha tempo para estudar, à noite, e os que iam para esses lugares destacados, não tinham tempo para coisa nenhuma. Ficavam só com a prática policial: atirar bem..., correr atrás de bandido, etc. Quer dizer: era uma situação diferente, e o ânimo era o seguinte: “quem quer destacar”? Às vezes, o camarada era destacado por necessidade do serviço e outros, por interesse próprio.

[...]. Eu quero morar em São Francisco. Eu quero morar em Mantenedópolis. Quero fazer uma família lá. Quem ganha um porquinho..., cria um porquinho aqui..., cria uma galinha ali..., ganha o aluguel da casa. Economicamente era interessante o elemento ir para o interior. Economicamente. Socialmente,

não. Porque aqui tinha colégio... O que tinha interesse econômico ganhava, economicamente, porque não pagava aluguel, porque recebia presente de “a”, de “b” e “c”, inquérito que deixava passar, passava a mão na... A corrupção que existia naquela época, hoje existe em alta escala, [...]. Aquela época era diferente, o sujeito comprava um sitiozinho, comprava uma terrinha, comprava uma propriedade, comprava uma casa ou se apossava de um determinado lugar. Os fazendeiros tinham interesse em ter os soldados, o policial do lado deles, para fazer falcatruas, até mandar matar os outros.

Se o posseiro fosse amigo da PM ele se dava bem. Se o posseiro não fosse amigo da PM, ele acabava sendo expulso da posse da terra. Porque a PM mandava no interior. O PM no interior tinha autoridade. Um soldado destacado, num distrito daqueles, era autoridade. Como era em Minas Gerais: sua excelência, o cabo. Há um livro em Minas Gerais que um coronel escreveu: sua excelência, o cabo. Ele explica o que representava o cabo no interior. [O cabo] era chamado para sacristão..., juiz de paz.

Então, o soldado no interior era “otoridade”, não era autoridade, não. Era “otoridade”. O soldado destacado no interior era uma autoridade. Os posseiros e todos aqueles que se apossavam, que faziam coisas..., desde que tivessem amizade com o policial..., tinham a autoridade na mão [...]. Se o policial fosse um mau caráter..., um policial venal, para auferir vantagem, [então], faziam questão de ter amizade com o policial. O posseiro, o pistoleiro, ou coisa que o valha. Eles faziam questão de ter o policial. Tratavam o policial muito bem.

Agora, mandavam matar policial também. Aquele policial que não se ajustava ou eles tiravam do destacamento ou pediam o recolhimento. O político tirava e ficava por isso mesmo. O político mandava no interior e manda até hoje. Há cinco tipos de coronéis: O coronel de fazenda; o coronel chefe político; o

coronel de zona, que tinha naquela época; o coronel marajá (o supersalário) e o coronel de título. É o simples título: coronel do Exército, da Polícia, da Aeronáutica, capitão de mar e guerra da Marinha. Então, era essa a situação. O delegado que não se ajustasse ao político, geralmente, não durava muito tempo.

[...]. O PM no interior sofria muita influência política, [tinha] medo de ser recolhido, de ficar sem a residência, de ser deslocado de um lugar.

O policial vira um favelado, sendo transferido de São Francisco para Vitória. Ele pode virar um favelado aqui, em Vitória. Porque ele deixa a família lá. Deixa a casa, deixa criança no colégio..., tem que transferir tudo para cá. Ele chega aqui e vira um favelado (LYRIO, 2018).

O texto destacado permite-nos entender tanto os motivos pelos quais muitos policiais buscavam servir no interior (prestígio profissional, vantagens econômicas, etc.), especialmente na zona contestada, quanto as pressões a que muitos deles se submetiam a fim de impedir uma transferência forçada, por exemplo. Mais do que isso, entendemos que, embora policiais militares e delegados fossem reconhecidas autoridades no interior, existia, de fato, o exercício de um poder que se sobrepujava ao poder legal.

Tratava-se de um poder difuso, arbitrário, às vezes com aparência de legalidade, mas reconhecido por todos: o poder do coronel, fosse ele um fazendeiro ou chefe político. Na verdade, o coronel, líder político local, era muitas coisas ao mesmo tempo: representante do Estado, capitalista, fazendeiro, dono de cartório e empresas, grileiro e benfeitor, entre outras. A polícia servia a ele como garantia de que os crimes de seus jagunços e pistoleiros ficariam impunes. A polícia era indispensável ainda para a obtenção de votos. Segundo Orelly Lyrio,

Havia muitos pistoleiros [na região contestada]. Lá em Paulista, no município de [Ecoporanga], Beatriz

era um dos chefes. Havia um outro de quem esqueci o nome. [...] Fui de ônibus a Paulista. Quando eu saí, não havia ônibus para voltar. Dormi na casa de um cabo: cabo Rafael. A primeira pessoa que ele me apresentou foi um chefe de bandidos, lá de Paulista.

Existiam os pistoleiros de Barra de São Francisco. [...] A questão fundiária sempre foi motivo para crimes, violência, mandar matar os outros, [...], espanhar o vizinho, botar o gado para entrar nas roças do vizinho para o sujeito ir embora e ficar com a terra dele. Muitos posseiros... Tudo ali foi posse, muita gente se apossou de terras na região. Era uma região descontrolada, litigiosa. [...] Eu me lembro que, em Ecoporanga, mandaram matar o Zé da Cruz.⁸ Aquela briga entre os Corsinos. A família Corsino, João Corsino, Zé da Cruz. Cada um tinha que fazer a parte de um lado. Em Barra de São Francisco havia os Lobatos. Os Lobatos mataram um cara: Adalberto de Souza Lima, a tiros, dentro de São Francisco [...] (LYRIO, 2018).

A briga entre os “Corsinos” de que fala Orelly Lyrio torna-se mais significativa quando a analisamos no contexto de luta entre chefes políticos locais. Nesses casos, também era comum o emprego da violência no seio da parentela. João Corsino de Freitas, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Ecoporanga, prefeito desse município por duas vezes (1955-1958; 1963-1966) e deputado estadual pelo Espírito Santo, foi acusado por seu primo, Tolentino Xavier Ribeiro, igualmente prefeito de Ecoporanga (1959-1962), de ter um plano para matá-lo e se apoderar da prefeitura do município. Tolentino Xavier disse em A Gazeta (24/04/1962, p. 1 e 8) que João Corsino teria contratado um pistoleiro para “fazer o serviço” e que o controle da prefeitura se daria por meio de um

⁸ José Francisco da Cruz, mais conhecido como José da Cruz, foi líder do Partido Social Democrático (PSD) em Ecoporanga e dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES) (DIAS, 1984, 86-87). Seu assassinado se deu em dezembro de 1960 em meio a sua candidatura a prefeito da cidade (SILVA, 2019, p. 72).

vereador eleito para a presidência da câmara.

Além da atuação de pistoleiros contratados para executar crimes de mando, a região contestada serviu de palco a uma organização criminosa responsável por dezenas de homicídios. Segundo Orelly Lyrio, em Baixo Guandu existia

[...] o “Sindicato do Crime”, constituído por policiais militares e civis. A própria morte do major Orlando aqui, em Nova Almeida, foi um consórcio: Polícia Civil do Espírito Santo, Polícia Militar do Espírito Santo, polícia mineira, fazendeiro de Baixo Guandu, maçonaria. Fizeram um consórcio para matar o major. Depois, o “Sindicato do Crime” foi dividido, cobra matando cobra. Foram matando um ao outro, até que Zé Scárdua, que era tenente da polícia, foi morto também ali, na Vila Rubim. Mandaram matá-lo. Zé Scárdua [...] fez uma série de coisas no Norte do Estado. Foi promovido “por ordem”, chegou a tenente. Era uma coisa de “promoções por ordem superior”.

[...]. O major Orlando foi da “Captura” da zona Sul. Fez uma limpeza na zona Sul, em Afonso Cláudio e em Barra de São Francisco, na região do Contestado. O major Orlando foi delegado de Colatina. O deputado Totó,⁹ bandido, que mandou matar o cunhado, era contra [o major Orlando]. Depois, com a morte de Reginaldo Paiva, em Baixo Guandu, dividiram o “Sindicato do Crime”. O major Orlando ficou do lado dos Paivas e o Zé Scárdua ficou do outro lado. [...].

Então, foi cobra engolindo cobra. Felizmente, para a sociedade foi uma beleza porque nós ficamos livres do “Sindicato do Crime”. Josélio trouxe os pistoleiros que vieram matar o major Orlando. Os policiais militares mostraram o major Orlando aos três pistolei-

ros. Josélio ficou na ponte de Nova Almeida com um Jipe novo para dar fuga aos pistoleiros.

Depois, prenderam todo mundo. [Josélio] ganhou dinheiro e montou uma fazenda lá em Belém do Pará. Morreu agora. Eles morreram todos aí. Eu trabalhei [durante um ano] com o major Orlando, em Colatina, quando ele foi delegado de polícia. Eu fui mandado a comandar o policiamento de Colatina. Por isso, eu conheci o “Sindicato do Crime” de Baixo Guandu. [...] (LYRIO, 2018).

O coronel Bimbim¹⁰ foi o principal líder dessa organização criminosa. Sua morte provocou o fim do “Sindicato do Crime”. Os desentendimentos começaram, na verdade, com a morte do pistoleiro Neném Maria, assassinado juntamente com dois companheiros do tenente Scárdua. Após a morte do coronel Bimbim, em 1964, o grupo de Scárdua matou o fazendeiro Reginaldo Paiva e o major Orlando, enquanto os sucessores de Reginaldo mataram Scárdua e seus pistoleiros, levando ao fim da “era Bimbim” e do “sindicato” de terror e mortes (MEDEIROS, 2001, p. 10).

Considerações finais

Nosso estudo sobre a violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, tendo a história oral como metodologia, revelou estruturas que fogem ao simples entendimento desse tipo de ocorrência como característica inerente à sociedade. De modo algum, tal violência pode ser considerada “normal”. Notamos a existência de um Estado pouco eficiente, sobretudo nos campos social e político que, até o início dos anos 1960, ainda não havia consolida-

¹⁰ Secundino Cypriano da Silva, conhecido como coronel Bimbim, era de Aimorés, MG, onde se elegeu prefeito municipal. Sua área de atuação se estendia por todo o vale do rio Doce e Norte capixaba, onde foi responsável por dezenas de mortes provocadas por questões de terra e disputa política. Segundo Rogério Medeiros (2001, p. 7-8), até mesmo “os mais famosos matadores da região” dependiam do beneplácito do coronel Bimbim para executarem suas vítimas.

do suas divisas territoriais. Nesse contexto, a violência apresentou-se como um fenômeno complexo, em grande medida condicionada pelo envolvimento de agentes públicos em conflitos locais, em particular, por terra e poder político.

É bem verdade que a região contestada vivenciou um quadro de explosão demográfica, especialmente entre 1940 e 1960, atraindo para si milhares de pessoas, entre as quais, encontravam-se trabalhadores de diversas áreas (lavradores, fazendeiros, posseiros, mecânicos, madeireiros, diaristas, lenhadores, profissionais liberais, prestadores de serviços, etc.), além de grileiros, fugitivos da justiça e gente disposta a prestar “serviço” a quem pudesse pagar. Nesse último grupo, em especial, incluíam-se os pistoleiros e jagunços.

Ademais, o conflito jurisdicional entre Minas e Espírito Santo na região dizia respeito também a questões de ordem econômica, passando, necessariamente, pela exploração de recursos naturais em que a madeira da Mata Atlântica ocupava lugar de destaque. Além disso, a região contestada, enquanto fronteira agrícola, configurava-se como uma das mais importantes zonas de produção cafeeira para ambos os estados litigantes, sobretudo por conta dos impostos oriundos dessa produção. Aliás, os incidentes nos postos fiscais de Itabira, Ariranha e Café Ralo caracterizam bem esse tema.

Igualmente, o coronelismo, como fenômeno político, mesmo já metamorfoseado quando comparado com aquele da Primeira República, evidenciava a existência de um Estado com baixa capacidade coercitiva que ainda não detinha o monopólio do uso da força. Nesse contexto, o coronel, com frequência, simbolizava o próprio Estado presente. Não se tratava de um Estado oficial totalmente ausente na região contestada. A Polícia Militar do Espírito Santo, por exemplo, estava lá. Tratava-se, com efeito, de um Estado túbio às voltas com uma disputa territorial que se arrastava desde o alvorecer do século XIX.

Mesmo a Polícia Militar capixaba, braço armado do Estado na localidade, não dispunha dos re-

ursos materiais e humanos necessários para cumprir sua missão: garantir a incolumidade territorial espírito-santense ameaçada pelas pretensões de Minas Gerais e preservar a ordem pública local. Em muitas ocasiões, essa instituição policial precisou pedir automóveis e animais de montaria emprestados à comunidade para deslocamento na região, onde contou também com o apoio de “simpatizantes” para compor diligências e “elucidar” diversos crimes.

É, nesse contexto, portanto, que emerge o fenômeno da violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, onde havia condições essenciais para o surgimento e atuação de organizações criminosas, como o “Sindicato do Crime” de Baixo Guandu, por exemplo, além de códigos de justicamento particular. Nessa região, a violência, muitas vezes, chegou ao nível da barbárie, especialmente, contra posseiros e supostos invasores de terra.

Referências bibliográficas

- BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CCHN. Ufes. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3589/1/tese_5643_DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20Jaime.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.
- CIVIS exaltados. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 30 de julho de 1957.
- DEMONER, Sônia Maria. **História da Polícia do Espírito Santo, 1835 – 1985**. Vitória, 1985.
- DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga**: lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Editora Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo. 1984.
- ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar). **Boletim Diário** (nº 178, 1957, p. 945). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.
- _____. **Boletim Diário** (nº 189, 1957, p. 986). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.
- LYRIO, Orelly. **A Polícia Militar do Espírito Santo na região do Contestado**. 2018.
- MEDEIROS, Rogério. Um certo coronel Bimbim. **Século**, Vitória, ES, nº. 21, nov. 2001.
- MURAMATSU, Luiz. Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento** (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960). 2015. 342f. Tese (Dou-

⁹ Totó era o apelido de Sebastião Cypriano do Nascimento, sobrinho do coronel Bimbim. Totó teve seu nome inscrito no rol dos matadores capixabas (MEDEIROS, 2001, p. 9). Elegeu-se prefeito de Afonso Cláudio, ES, e deputado estadual (Ales).

torado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato. **Ecoporanga**: da concepção à vida adulta. Vitória: Brasília Editora LTDA, 1992.

OCORRÊNCIAS na zona litigiosa. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 de julho de 1957.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional**: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 – 1970). 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3389/1/Walace_Tarcisio_Pontes.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC – SP, p. 25 – 39, 1997.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SILVA, Edmilton. **As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10884/1/Disserta%20a7%20a30%20completa%20%28definitiva%29%20-%20Edmilton%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

URUBUS rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, Vitória, p. 1 e 8, 24 de abril 1962.

VILAÇA. Adilson. Rápido no gatilho, certeiro na pontaria, destemido na defesa da lei. **Século**, Vitória, ES, nº. 21, nov. 2001.

